

EDUCAÇÃO AMBIENTAL PATRIMONIAL: UMA REVISÃO ACERCA DE PONTA GROSSA, PARANÁ

Sthephany Larissa Nascimento¹

Gabriela Dalzoto Mazzutti²

Lia Maris Orth Ritter Antiqueira³

Resumo: A Educação Ambiental Patrimonial envolve o processo da compreensão sócio-histórica do Patrimônio Natural, promovendo o ensino sobre a importância da preservação desse ambiente e construindo a valorização da memória local. Visando esses ideais, a presente pesquisa constitui de uma revisão da literatura sobre a relação da prática de Educação Ambiental Patrimonial a partir do Patrimônio Natural da cidade de Ponta Grossa, delimitando como campo duas Unidades de Conservação: Parque Estadual Vila Velha e Parque Nacional dos Campos Gerais, para fomentar a proposta de atividades no âmbito de Ensino não-formal.

Palavras-chave: Ensino não-formal; Parque Estadual Vila Velha; Parque Nacional dos Campos Gerais; Patrimônio Natural.

Abstract: Articles Heritage Environmental Education involves the process of socio-historical understanding of Natural Heritage, promoting teaching about the importance of preserving this environment and building the appreciation of local memory. Aiming at these ideals, this research constitutes a review of the literature on the relationship between the practice of Heritage Environmental Education based on the Natural Heritage of the city of Ponta Grossa, delimiting two Conservation Units as a field: Vila Velha State Park and Campos National Park General, to encourage the proposal of activities within the scope of non-formal education.

¹ Universidade Estadual de Ponta Grossa. E-mail: sthephanyinteriores@gmail.com.

² Universidade Tecnológica Federal do Paraná. E-mail: gabrielam@alunos.utfpr.edu.br.

³ Universidade Tecnológica Federal do Paraná. E-mail: liaantiqueira@utfpr.edu.br.

Keywords: Non-formal teaching; Parque Estadual Vila Velha; Parque Nacional dos Campos Gerais; Natural Patrimony.

Introdução

A Educação Patrimonial “trata-se de um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo” (Horta; Grunberg; Monteiro, 1999, p. 4). No que se refere ao Patrimônio Cultural, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 estabelece:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (Brasil, 1988).

De acordo com Florêncio *et al.* (2014), a expressão “Educação Patrimonial” foi utilizada pela primeira vez em 1983, durante o “1º Seminário sobre o Uso Educacional de Museus e Monumentos”, que ocorreu no Museu Imperial do município de Petrópolis, Rio de Janeiro. Foi consolidado com o lançamento do “Guia Básico de Educação Patrimonial”, por Maria de Lourdes Parreiras Horta, Evelina Grunberg e Adriana Queiroz Monteiro, em 1996.

Segundo Riffel (2017), o que torna a Educação Patrimonial eficaz é seu tratamento como “documentos vivos”, sendo inseridos como temas transversais e interdisciplinares na prática escolar. Desta forma, garante que os elementos históricos que compunham este patrimônio permaneçam, considerando os limites dos desgastes naturais, preservados. Diante das conformações que envolvem o Patrimônio Natural, a Educação Ambiental (EA) traz os ideais necessários para que estes ambientes não sejam degradados.

Nessa comunhão de terminologias nasce a Educação Ambiental Patrimonial, sendo um termo que está, epistemologicamente, em construção. De acordo com Costa (2019, p. 1): “é mais conhecida como Educação Patrimonial. Trata-se de um conceito que está em evolução, especialmente no Brasil, podendo ser utilizado nos âmbitos formais, informais e não formais educativos.” Ponderando no âmbito não-formal, a realização de atividades nos locais de Patrimônio Natural confere a prática da Educação Ambiental Patrimonial, como indica Moreira (2018, p. 467):

As atividades são necessárias porque muitas vezes a própria comunidade do entorno desconhece a existência e o propósito da sua criação. Espera-se que por meio da EA ocorra a sensibilização tanto da comunidade como dos visitantes, para que em conjunto com o órgão gestor, possam contribuir para a conservação do seu patrimônio natural.

Dito isso, o objetivo do presente trabalho foi realizar uma revisão da literatura sobre o Patrimônio Natural da cidade de Ponta Grossa, Paraná (PR), visando a possibilidade de inserção de atividades de Ensino não-formal, que fomentem a Educação Ambiental Patrimonial.

A Educação Ambiental Patrimonial no âmbito não-formal de ensino

Considerando suas propostas metodológicas, a Educação Ambiental Patrimonial pode ser realizada dentro de diferentes âmbitos e sob o olhar de diferentes metodologias. Florêncio *et al.* (2014, p. 19) ressaltam o que é defendido pela Coordenação de Educação Patrimonial (CEDUC):

Educação Patrimonial constitui-se de todos os processos educativos formais e não formais que têm como foco o Patrimônio Cultural, apropriado socialmente como recurso para a compreensão sócio-histórica das referências culturais em todas as suas manifestações, a fim de colaborar para seu reconhecimento, sua valorização e preservação.

Como o Ensino não-formal “define-se como qualquer tentativa educacional organizada e sistemática que, normalmente, se realiza fora dos quadros do sistema formal de ensino” (Bianconi; Caruso, 2005, p. 20), é considerado que a prática da Educação Ambiental Patrimonial, no seu local, realizada pelo educador com sua turma enquadra-se nessa forma.

O espaço não-formal auxilia no processo de ensino-aprendizagem dos alunos, funcionando como uma ferramenta complementar ao ensino dentro da sala de aula. Dessa forma, proporciona experiências práticas e contextuais que enriquecem a compreensão dos temas abordados. Durante as atividades realizadas nesse espaço, o professor pode promover a observação dos alunos e incentivá-los a interagir com o ambiente natural.

A diversidade para Educação Ambiental Patrimonial em Ponta Grossa, PR

A cidade de Ponta Grossa está localizada no oeste do estado do Paraná (PR), sendo a quarta mais populosa do estado (IBGE, 2022). É conhecida, pela região, como Campos Gerais, além do nome popular de “Princesa dos Campos”: “Ponta Grossa é hoje, incontestavelmente, depois da Capital, não só a Princesa dos Campos, senão a Princesa Real, no grande cortejo das demais cidades estadinas” (Ferreira, 2022, n.p).

De acordo com Pedroso (1985), Ponta Grossa foi promovida a vila em 1855, e apenas em 1862 ganhou o título de cidade. O que auxiliou no aparecimento da povoação foram os caminhos realizados por tropeiros. Esses foram responsáveis por deixar rastros de animais, levar notícias, trazer hábitos:

A nossa Ponta Grossa brotou assim, de um simples pouso de tropeiros. Era galpão para abrigar homens e utensílios; eram currais e campos de ronda para animais; eram invernadas para permanências mais longas; eram vendas, ferreiros e arreadores para prestar assistência. Era, enfim, uma paragem adequada às necessidades de pernoite ou de estadia mais prolongada de homens e animais, todos cansados das longas jornadas iniciadas lá no extremo sul do Brasil (Pedroso, 1985, p. 5).

Desde seu passado, a cidade apresenta uma cultura muito viva. Sendo repleta de cinemas, teatros e museus. O Patrimônio Natural da cidade é abrangente e conta com seus parques que podem ser visitados pela população. Tem-se observado uma tentativa de fomento nas atividades para promover o Patrimônio Natural, partindo da iniciativa pública e também da privada. Todavia, Melo *et al.* (2007, p. 222) já discerniam sobre um projeto que relacionasse as duas formas de patrimônio:

A gestão do patrimônio natural regional ainda é centralizada, deixando de envolver os atores diretamente relacionados, sobretudo às populações locais. Por outro lado, ainda não se consolidaram iniciativas no sentido da gestão integrada do patrimônio natural e cultural, visando o desenvolvimento da identidade e autonomia regionais.

Apesar de ser uma cidade atrativa por suas belezas e patrimônios, nota-se a ausência de abordagem de assuntos como a EA, tanto nas escolas quanto para a sociedade em geral. De acordo com Moro (2022), o ensino dessa abordagem nas escolas ainda é raso e superficial. Retomando à Política e o Sistema Municipal de Educação Ambiental de Ponta Grossa, o material EA produzido deve contemplar os marcos naturais da cidade, como disposto na lei municipal nº 14.673, de 20 de junho 2023:

§ 4º A produção de material educativo deverá considerar o seu público-alvo, com vistas à determinação da linguagem e mensagem apropriadas, considerando aspectos inclusivos, bem como a exposição e a valorização do patrimônio natural, artístico, cultural, social e histórico do Município de Ponta Grossa, impactando de forma positiva as ações e interações da sociedade com o meio ambiente local. § 5º Na exposição do patrimônio natural, artístico, cultural, social e histórico, o material educativo deverá privilegiar a divulgação de elementos que caracterizem a identidade e a história da cidade e de cada localidade (Ponta Grossa, 2023).

Diante desse cenário, torna-se evidente a necessidade de abordar o tema nas escolas, proporcionando aos alunos uma experiência concreta com as ações ambientais. Cabe às demais instituições superiores e ao meio acadêmico trazer discussões para a sociedade por meio de eventos, rodas de diálogo e promover atividades de conscientização, para que a Educação Ambiental Patrimonial possa dar passos largos e tornar Ponta Grossa uma cidade mais sustentável e cultural.

Patrimônio Natural em Ponta Grossa, PR

No contexto da inserção do Patrimônio Natural no ensino para a promoção da Educação Ambiental Patrimonial, o presente trabalho direcionou esta análise para os elementos presentes na cidade de Ponta Grossa, Paraná: o Parque Estadual Vila Velha e o Parque Nacional dos Campos Gerais. O direcionamento local auxilia no aprendizado, como descrito pela autora Borin (2019, p. 5):

É importante que o estudante perceba seu papel como sujeito histórico e colabore na construção de ações educativas, no que tange a preservação e conservação de bens patrimoniais da cidade onde ele vive. Pois, preservar a memória de um grupo social é mais que agrupar informações (da memória individual ou coletiva), sua funcionalidade principal é contribuir para a produção do conhecimento histórico bem como para o reconhecimento dos valores de gerações pretéritas.

O que refere-se, juntamente, ao papel do educador neste ensino não-formal, no qual Pacheco (2017, p. 69) pontua: “Os professores contemporâneos devem saber selecionar saberes e fazeres que sejam significativos para a comunidade local e, a partir daí, provocar os alunos a utilizarem conceitos e informações gerais [...]”.

Parque Estadual Vila Velha

Vila Velha foi o primeiro Parque Estadual criado no Paraná, através da Lei Estadual nº 1.292 de 12 de outubro de 1953 (Paraná, 1953) e, neste mesmo ano, foi tombado pelo estado do Paraná como Patrimônio Natural. Sua flora, fauna e aspecto cultural constituem um conjunto de riquezas.

O conjunto de arenitos, que é destaque no parque foi formado durante o período geológico conhecido como Cretáceo Superior, aproximadamente entre 90 e 65 milhões de anos atrás, “possui coloração avermelhada pela presença de cimento ferruginoso. Apresenta granulação média fina, intraclastos argilosos dispersos e estratificação incipiente, plano-paralela e cruzada de baixo ângulo” (Melo et al., 2002, p. 269). Sua formação ocorreu a partir da deposição de areias finas e siltes que se acumularam no fundo dos antigos mares e rios que cobriam a região:

[...] as feições de relevo em Vila Velha são resultantes da prolongada erosão de arenitos pela ação conjunta principalmente da água das chuvas, da radiação solar e dos organismos, os quais modelaram as rochas por meio da ação combinada de dissolução e erosão mecânica (Letenski *et al.*, 2009, p. 6).

Os destaques do parque são: a taça, que é um símbolo bastante popular em Ponta Grossa e um arenito em formato de camelo. Ambos notáveis aos olhos dos turistas que visitam o parque. Na fauna, pode-se enfatizar, entre os mamíferos, o lobo-guará (*Chrysocyon brachyurus*), que está ameaçado de extinção. Na flora, evidencia-se as inúmeras araucárias (*Araucaria angustifolia* (Bertol.) Kuntze, 1898). Devido à sua abundância em riquezas naturais, o Parque Estadual de Vila Velha destaca-se como um local privilegiado para a implementação de atividades fundamentadas nos princípios da Educação Ambiental:

A enorme exposição de rocha mostra características faciológicas e feições erosivas ímpares, favorecendo seu estudo e entendimento. O local é adequado para atividades de educação ambiental, pois além do relevo ruíniforme apresenta ainda ecossistemas naturais preservados, com espécies endêmicas, ameaçadas de extinção. Entretanto, a integridade deste patrimônio está ameaçada por uma exploração voltada exclusivamente para o aspecto turístico, que tem falhado em atribuir ao parque seu papel como unidade de conservação (Melo *et al.*, 2002, p. 269).

Como desvantagem, os professores podem enfrentar desafios para a realização e organização da visita com suas respectivas turmas. Biavatti, Fragoso e Nuvoloni (2020) indicam que em entrevista com professores da rede pública e privada de diferentes níveis de ensino da cidade de Ponta Grossa, esses consideram as questões financeiras como principal desafio, seguido pelo tempo e planejamento.

Parque Nacional dos Campos Gerais (PNCG)

A região dos Campos Gerais se destaca no Estado quando se trata de parques e Unidades de Conservação (UC). Localizado em Ponta Grossa, Castro e Carambeí, encontra-se o Parque Nacional dos Campos Gerais (PNCG) ou Parnaíba Campos Gerais. Foi fundado pelo Decreto de 23 de março de 2006 (Paraná, 2006), o qual indica em seu artigo primeiro que o parque possui como objetivo preservar “[...] os ambientes naturais ali existentes com destaque para os remanescentes de Floresta Ombrófila Mista e de Campos Sulinos, realizar pesquisas científicas e desenvolver atividades de educação ambiental e turismo ecológico” (Paraná, 2006).

O parque é uma das principais atrações de ecoturismo da cidade. Destacam-se o Buraco do Padre, a Cachoeira da Mariquinha, o Rio São Jorge,

as Furnas Gêmeas e a Dolina Grande. Para esse trabalho, iremos focar em: Rio São Jorge e a Cachoeira da Mariquinha.

O Rio São Jorge é um dos lugares mais populares durante o verão em Ponta Grossa. “O atrativo possui proteção municipal pela lei nº 4.832/92, que o considera como uma Unidade de Conservação na categoria Parque Municipal, além de estar inserido no interior do Parque Nacional dos Campos Gerais, desde 2006” (Baptista; Moreira, 2020, p. 14). Apesar disso, a entrada é paga, pois é administrada por uma família. Este local atrai visitantes por sua belíssima cachoeira, piscinas naturais e formações rochosas. Possui uma largura que varia de 70 a 270 metros e estende-se por 1,3 quilômetro.

A Cachoeira da Mariquinha traz um diferencial aos demais pontos turísticos da região, possui “uma queda com, aproximadamente, 30 metros formada pelo Rio Quebra-Perna. O volume da água da cachoeira forma um pequeno lago raso com praia de areias claras, propício ao banho” (Garcia, 2015, p. 91). Fazendo trilhas na área ao redor da cachoeira, é possível encontrar em algumas formações rochosas pinturas rupestres que revelam um passado ancestral em nossa região.

Propostas de atividades visando a Educação Ambiental Patrimonial

Em seguida será apresentado uma coletânea de atividades, separadas em grupos: trilhas do conhecimento; o som das aves; atividades histórico-culturais; oficina de desenhos; qualidade de água; visita às pinturas rupestres.

Trilhas do conhecimento

Para Folmann *et al.* (2015) as trilhas, majoritariamente, possuem melhor estrutura para a passagem, demonstrando as melhores paisagens. A sugestão é realizar as trilhas interpretativas disponíveis nos parques, notando, pelo caminho, o uso de placas em pontos específicos, permitindo que os alunos aprendam sobre a flora, fauna e geologia. Pode-se pontuar como prática o material de Araújo, Oliveira e Goes (2020), que propuseram que seus alunos fotografassem as paisagens e os diferentes arenitos, para que mais tarde, em sala de aula, fosse retomado para análise os registros da trilha.

Em discussão prévia à visita, é necessário mencionar aos estudantes sobre o impacto ambiental que pode ser causado pelo descarte incorreto e demais ações humanas durante a trilha no Patrimônio Natural. Biavatti, Fragoso e Nuvoloni (2020) designam que dentre as demais preocupações do professor ao organizar a visita, a orientação de não depredar o local é a principal feita aos alunos. Faria dos Santos e Moreira (2023, p. 12) pontuam que, mesmo com avisos, o descarte incorreto ainda acontece em locais como o Parque Vila Velha:

O principal impacto negativo identificado foram os resíduos sólidos encontrados na trilha. É claramente orientado pelo monitor para que não sejam consumidos alimentos e nem haja

o descarte de qualquer resíduo na trilha, uma vez que nos pontos de espera do ônibus há lixeira para o descarte correto. Além disso, o aviso está presente no folder do parque e em algumas placas indicativas no decorrer da trilha.

Outrossim, os autores também mencionam sobre o impacto causado pela erosão e a retirada de rochas. Como prática ambiental, o professor pode demonstrar como essas ações influenciam negativamente o ambiente natural do parque, afetando não só sua estrutura física integral, mas sua fauna e flora. O mesmo aplica-se à Cachoeira da Mariquinha, visto que Folmann *et al.* (2015, p. 61) indicam que “os principais impactos observados na trilha estão relacionados às raízes expostas, alargamento da trilha, perda de sedimentos, lixo e animais exóticos (cachorros)”.

O som das aves

Uma atividade de estimulação auditiva, podendo ser realizada em áreas abertas ou fechadas. Os alunos teriam a oportunidade de ouvir os diferentes cantos de aves e, posteriormente, com o auxílio de um programa de identificação de aves ou um guia local, reconhecer e identificar essas espécies. Vale *et al.* (2021) indicam que o Parna dos Campos Gerais tem uma grande variedade de espécies de aves, o que levanta seu potencial para a prática de observação.

A prática de observação de aves deve ser estimulada, enquanto elemento chave no processo de interpretação ambiental, visando a conservação *in situ* das espécies presentes na região e, também, como ferramenta para o fortalecimento de uma cultura conservacionista. Assim, deve-se levar em consideração um desenvolvimento harmônico entre os interesses ambientais e econômicos, que na essência são os mesmos: a qualidade dos recursos naturais e de vida do ser humano (Vale *et al.*, 2021, p. 10).

Como auxílio, pode-se utilizar o Guia “Aves: Parque Nacional dos Campos Gerais” (Vale *et al.*, 2020), que contêm as informações e fotografias de 29 espécies de aves, assim como demais curiosidades.

Atividades histórico-culturais

Promover atividades que destaquem a história do local, começando o tema na sala de aula e realizando a apresentação em um dia de visita. Essa interação possibilita que conceitos abstratos se tornem mais concretos para os alunos, facilitando o aprendizado, como pontuado por Araújo, Oliveira e Goes (2020, p. 11) em visita ao Parque Vila Velha:

Estar em contato com tal ambiente levou os alunos a uma série de reflexões, como as interações espaço-tempo, a necessidade

de preservação e conservação. Os traços históricos dos povos que ali habitavam, assim como em seu entorno também são detalhes marcantes na visitação. Tal patrimônio apresenta singularidades locais, costumes e inclusive demonstram o cuidado que a população tem com a sua história.

Melo et al. (2002, p. 271) apontam que há diferentes histórias que compunham a origem das conformações apresentadas: “as esculturas ruíniformes de Vila Velha foram explicadas através de várias lendas, algumas delas permanecendo até hoje. Destaca-se a lenda da ITACUERETABA, a “extinta cidade de pedra”.”

Oficina de desenhos

Realizar oficinas de arte ao ar livre, inspiradas nas paisagens e nos elementos naturais que compõem o parque. A arte pode corroborar para apreciação da composição única de forma dos parques, como cita Letenski et al. (2009, p. 8):

O Arenito Vila Velha é conhecido mundialmente pela presença do relevo ruíniforme, marcado por uma rica associação de formas, controladas por diferenças de cimentação e estruturas (falhas e fraturas) promovendo erosão diferenciada, que resulta em belas e curiosas esculturas naturais.

As atividades lúdicas realizadas para a compreensão do Patrimônio Natural promovem o conceito de “conhecer para conservar”, impulsionando a compreensão do que é esta UC e a importância deste parque para a sociedade (Moreira et al., 2018). Os desenhos podem promover, além do conhecimento geológico, o saber sobre espécies nativas da região, como o trabalho proposto por Leite (2015) em cartilha, que trazia o desenho e pintura do cacto-bola (*Parodia carambeiensis* (Buining & Brederoo) Hofacker, 1998).

Qualidade de água

Envolver os alunos em atividades de monitoramento da qualidade da água, ensinando formas de coleta de amostras para realizar as análises e potencializadores da poluição. Garcia (2015, p. 101) indica que 76,27% dos visitantes na Cachoeira da Mariquinha desfrutam do banho, afirmando que “mudanças na qualidade da água podem ocorrer em função do uso de protetores solares, presença de animais domésticos, lixo etc.”.

Visita às pinturas rupestres

Levar os alunos para conhecer de perto essas pinturas, mostrar como infelizmente algumas estão marcadas por pichações e rabiscos, trabalhar a consciência ambiental de preservação ao Patrimônio Natural. Garcia (2015)

discerne que fogueiras feitas incorretamente próximas às pinturas também potencializam o impacto negativo na sua preservação.

Moreira *et al.* (2018) propõem, em cartilha, a realização de uma representação artística das pinturas rupestres, utilizando como base as encontradas no PNCG, objetivando promover maior conhecimento sobre a importância dessas pinturas. O mesmo é trabalhado por Leite (2015), que por meio de uma atividade em cartilha, objetiva o conhecimento sobre o que é uma pintura rupestre e como as mesmas eram feitas, utilizando tinta natural.

Conclusões

Diante do exposto, a revisão sobre a Educação Ambiental Patrimonial em Ponta Grossa evidencia a necessidade de uma abordagem mais concreta e integrada, assim como a otimização da organização do passeio e acessibilidade aos locais para os docentes, para promover a conscientização e preservação ambiental do Patrimônio Natural. Ao explorar os espaços formais e não formais é possível proporcionar aos estudantes (e à comunidade) uma experiência mais significativa e envolvente. O Ensino não-formal é uma ferramenta valiosa para complementar o Ensino formal, pois proporciona uma compreensão mais profunda e significativa, promovendo uma imersão no ambiente natural, fortalecendo o desenvolvimento de uma responsabilidade pelo Patrimônio.

Com o auxílio e o comprometimento de instituições educacionais, iniciativas públicas e sociedade civil, a cidade de Ponta Grossa, que possui grandes parques, pode torna-se um exemplo de cidade sustentável. A Educação Ambiental Patrimonial é capaz de unir as duas formas de patrimônio, natural e cultural em prol do crescimento e valorização da cidade.

Referências

ARAUJO, Danieli Barbosa; OLIVEIRA, Larissa Alves de; GOES, Denilson Manfrin. Nas trilhas do Parque Estadual de Vila Velha, (Paraná-Brasil): entre formas e grafias da paisagem. **Physis Terrae-Revista Ibero-Afro-Americanica de Geografia Física e Ambiente**, v. 2, n. 1, p. 1-18, 2020. Disponível em: <https://revistas.uminho.pt/index.php/physisterrae/article/view/2247/2708>. Acesso em: 4 mai. 2024.

BAPTISTA, Leandro; MOREIRA, Jasmine Cardozo. A Educação Ambiental e a interpretação do patrimônio natural: uma oportunidade para o Parque Nacional dos Campos Gerais – PR. **ACTA Geográfica**, Boa Vista, v.14, n.36, 2020. Disponível em: <https://revista.ufrr.br/actageo/article/view/3058>. Acesso em: 4 mai. 2024.

BIANCONI, Maria Lucia; CARUSO, Francisco. Educação não-formal. **Ciência e Cultura**, v. 57, n. 4, p. 20, 2005. Disponível em:

Revbea, São Paulo, V. 19, Nº 7: 95-107, 2024.

<http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v57n4/a13v57n4.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2024.

BIAVATTI, Marilene; FRAGOSO, Rosimeri de Oliveira; NUVOLONI, Felipe Micali. Educação ambiental no Parque Estadual de Vila Velha - PR: perspectivas dos professores. **Revista Contemporânea de Educação**, v. 15, n. 33, 2020. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rce/article/view/33777>. Acesso em: 4 mai. 2024.

BORIN, Marta Rosa. Educação Patrimonial em espaços não formais de aprendizagem. **Estudios Históricos (Rivera)**, v. 1, n. 22, p. 17-18, 2019. Disponível em: <https://estudioshistoricos.org/22/eh22d17.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2024.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Emendas Constitucionais. Brasília: Casa Civil, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 23 abr. 2024.

COSTA, Célia Souza da. Educação Ambiental Patrimonial: um conceito em construção. **RELACult – Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade**, v. 5, n. 1565, ed. especial, 2019. Disponível em: <https://periodicos.claec.org/index.php/relacult/article/view/1565/1025>. Acesso em: 5 mai. 2024.

FARIAS DOS SANTOS, Emerson; MOREIRA, Jasmine Cardozo. Interpretação ambiental e impactos em trilhas: a Trilha dos Arenitos no Parque Estadual de Vila Velha (PR). **Turismo, Sociedade & Território**, [S. I.], v. 5, n. 1, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/revtursoter/article/view/31733>. Acesso em: 4 maio. 2024.

FERREIRA, Manoel Cyrillo. **Miscelânea da História de Ponta Grossa**. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2022.

FLORÊNCIO, Sônia Rampim. CLEROT, Pedro; BEZERRA, Juliana; RAMASSOTE, Rodrigo. **Educação Patrimonial**: histórico, conceitos e processos. Brasília: IPHAN, 2014. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Educacao_Patrimonial.pdf. Acesso em: 23 abr. 2024.

FOLMANN, Ana Cláudia; GARCIA, Lilian Miranda; PINTO, Maria Ligia Cassol; VALE, Tatiane Ferrari do. Trilhas do Parque Nacional dos Campos Gerais: Interpretação Ambiental no Salto São Jorge, Buraco do Padre e Cachoeira da Mariquinha – Ponta Grossa (PR). **Caderno de Estudos e Pesquisas do Turismo**, Curitiba, v. 4, n. 5, p. 45-65, 2015. Disponível em: <http://www2.pucpr.br/reol/pb/index.php/turismo?dd1=15824&dd99=view&dd98=pb>. Acesso em: 5 mai. 2024.

GARCIA, Lilian Vieira Miranda. **Cachoeira da Mariquinha**: impactos e potencialidades do uso público no Parque Nacional dos Campos Gerais-PR. 2015. 158 f. Dissertação (Mestrado em Gestão do Território: Sociedade e Natureza), Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), Ponta Grossa, 2015. Disponível em: <https://tede2.uepg.br/jspui/handle/prefix/575>. Acesso em: 4 mai. 2024.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia Básico da Educação Patrimonial**. Brasília: Museu Imperial/ IPHAN/MINC,1999.

IBGE. **Ponta Grossa**. Panorama. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/ponta-grossa/panorama>. Acesso em: 18 maio 2024.

LEITE, Bárbara Cristina. **A atividade turística no Parque Nacional dos Campos Gerais (PR) e a interpretação ambiental**: cartilha educativa. 2015. 70 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Turismo), Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), Ponta Grossa, 2015. Disponível em: <https://www2.uepg.br/turismo/wp-content/uploads/sites/21/2020/05/BARBARA-CRISTINA-LEITE.pdf>. Acesso em: 18 mai. 2024.

LETENSKI, Ricardo; GUIMARÃES, Gilson Burigo; PIEKARZ, Gil Francisco; MELO, Mário Sérgio de. Geoturismo no Parque Estadual de Vila Velha: nas trilhas da dissolução. **Pesquisas em Turismo e Paisagens Cárticas**, Campinas, SeTur/SBE, v. 2, n. 1, 2009. Disponível em: http://www.sbe.com.br/wp-content/uploads/2021/07/ptpc_v2_n1_005-015.pdf. Acesso em: 5 mai. 2024.

MELO, Mario Sergio de et al. O patrimônio natural dos Campos Gerais e a sustentabilidade regional. In: MELO, Mario Sergio de; MORO, Rosemei Segecin; GUIMARÃES, Gilson Burigo **Patrimônio natural dos Campos Gerais do Paraná**. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2007. Cap. 23, p.221-227.

MELO, Mário Sérgio de; BOSETTI, Élvio Pinto; GODOY, Luiz Carlos; PILATTI, Fernando. Vila Velha, PR: Impressionante relevo ruiniforme. In: SCHOBENHAUS, Carlos. (Coord.). **Sítios Geológicos e Paleontológicos do Brasil**. Brasilia: SIGEP, 2002. p. 269-277.

MOREIRA, Jasmine Cardozo. Jogos interpretativos e palestras: ferramentas de educação ambiental do Parque Nacional dos Campos Gerais (Paraná). **Terrae Didática**, v. 14, n. 4, p. 467-476, 2018. Disponível em: <http://www.ige.unicamp.br/terraedidatica/>. Acesso em: 5 mai. 2024.

MOREIRA, Jasmine Cardozo; LEITE, Bárbara Cristina; GARCIA, Lilian Vieria Miranda; SOUZA, Luiz Fernando de. Elaboração de cartilha educativa e interpretativa destinada ao público infantil: relato de experiência do Parque

Revbea, São Paulo, V. 19, Nº 7: 95-107, 2024.

Nacional dos Campos Gerais – PR. **Revista Conexão UEPG**, v. 15, n. 1, p. 76
– 82, 2019. Disponível em:
<https://revistas.uepg.br/index.php/conexao/article/view/12530/209209210481>.
Acesso em: 5 mai. 2024.

PACHECO, Ricardo De Aguiar. **Ensino de História e Patrimônio Cultural: Um Percurso Docente**. 1. ed. Jundiaí, SP: Paco, 2017.